



رابطة برلمانيون لأجل القدس

Parliamentarians for Al Quds

PRISIONEIRO PALESTINOS

TORTURADOS ATÉ A MORTE





رابطة برلمانيون لأجل القدس

Parliamentarians for Al Quds

Introdução

As forças de ocupação israelenses prenderam milhares de palestinos ao longo dos anos de ocupação em condições desumanas de detenção, violando leis e normas internacionais, e utilizando chantagem, tortura física e psicológica contra eles. Também têm perseguido representantes do Conselho Legislativo Palestino e elites acadêmicas, políticas e jurídicas.

Desde o início da guerra genocida contra o povo palestino em 7 de outubro do ano passado, as forças de ocupação têm aumentado as prisões de palestinos na Faixa de Gaza, na Cisjordânia ocupada e nos territórios ocupados de 1948.

Durante a guerra genocida, o exército de ocupação realizou prisões arbitrárias e desaparecimentos forçados de centenas de detidos palestinos na Faixa de Gaza, incluindo mulheres e crianças. Seu destino e condições de detenção são ocultados, e as prisões têm se transformado em "covas vivas". Diversas formas de tortura têm sido empregadas contra os prisioneiros, acompanhadas de uma significativa encoberta pela administração prisional para esconder os crimes cometidos contra eles. Visitas familiares e acesso a advogados têm sido negados, e os prisioneiros têm sido totalmente isolados do mundo exterior.

Organizações de apoio aos prisioneiros têm documentado assassinatos intencionais, execuções extrajudiciais e atos fora do escopo da lei e do sistema de justiça. Prisioneiros palestinos têm sido mortos sob tortura dentro das prisões. Prisioneiras palestinas também têm sido vítimas de agressão sexual, tortura e tratamento desumano, incluindo nudez forçada, assédio sexual e ameaças de estupro durante seus diferentes períodos de detenção pelo exército israelense.

As forças de ocupação invadem as celas dos prisioneiros diariamente, durante as quais os soldados os atacam brutalmente com cassetetes, rifles, gás e balas de borracha. Os soldados deliberadamente infligem ataques violentos para causar ferimentos físicos e, em seguida, negligenciam intencionalmente seus ferimentos, deixando-os sem tratamento.



Estadísticas de Prisioneiros

01

O número total de detidos palestinos nas prisões de ocupação israelenses no início de março é de 9.400, incluindo 228 prisioneiras mulheres e 460 crianças.

02

Desde o início da guerra genocida, 16 detidos foram martirizados nas prisões de ocupação israelenses. A ocupação também entregou dezenas de corpos não identificados de detidos de Gaza.

03

A ocupação mantém sob detenção administrativa 3.558 palestinos, incluindo 17 detentas administrativas mulheres, 40 crianças e 37 jornalistas.

04

A ocupação adota a política de prender as esposas, mães e irmãs dos prisioneiros para exercer pressão sobre eles, enquanto não há informações sobre o número de prisioneiras de Gaza.

05

O número de prisioneiros condenados à prisão perpétua é de 597 palestinos.

06

A ocupação detém 17 membros do Conselho Legislativo Palestino.

07

A ocupação retém os corpos de 450 indivíduos palestinos, incluindo 256 mártires nos cemitérios numerados, dos quais 18 são prisioneiros que morreram dentro das prisões de ocupação.

08

As campanhas de prisões são acompanhadas de crimes e violações em escala, incluindo assédio, agressões físicas, ameaças contra os detidos e suas famílias, além de confisco de propriedades e bens.

- Além dessas campanhas de prisões, as forças de ocupação realizaram execuções extrajudiciais, incluindo o direcionamento de familiares dos detidos.
- Esses números não incluem quaisquer números de prisões em Gaza devido à recusa da ocupação em divulgá-los e seu contínuo desaparecimento forçado de detidos, sem anunciar seu destino ou permitir que instituições internacionais tenham acesso a informações sobre suas condições.

▶ Lei de Combatentes Ilegais

Em 8 de outubro de 2023, o Ministro da Defesa de Israel, Yoav Galant, emitiu uma ordem considerando os detidos palestinos da Faixa de Gaza como "combatentes ilegais" sob a Lei de Combatentes Ilegais. A ordem estipula a detenção dos detidos de Gaza em um acampamento chamado Sedot Yemen, que é um acampamento militar próximo a Be'er Sheva

A lei confere poderes aos soldados de ocupação israelenses para realizar operações de prisão arbitrárias e indiscriminadas na Faixa de Gaza no âmbito da Lei de Combatentes Ilegais. Essa lei priva os prisioneiros e detidos de todos os direitos garantidos pelo direito internacional humanitário e pelas normas de direitos humanos, incluindo a proteção legal com base em seu status jurídico.



De acordo com essa lei, os detidos não têm direito ao tratamento de prisioneiros de guerra nos termos da Terceira Convenção de Genebra nem ao tratamento de pessoas detidas nos termos da Quarta Convenção de Genebra de 1949 e do Primeiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra. Essa lei foi alterada com o início do genocídio em Gaza, permitindo a detenção indefinida de palestinos por até 75 dias, prorrogáveis indefinidamente, com base em provas secretas às quais o detido ou seu advogado não têm acesso, privando-os do direito à defesa e a um julgamento justo.

De acordo com os dados fornecidos pela Autoridade Prisional Israelense, o número de palestinos detidos de Gaza sob essa lei chegou a aproximadamente 800, juntamente com milhares de outros detidos em instalações de detenção militar.

detidos em instalações de detenção militar. Essa lei é completamente contrária ao direito humanitário internacional, ao direito internacional geral e às Convenções de Genebra. Os textos são claros nessa questão, e a decisão é considerada grave, pois permite a detenção indefinida de qualquer cidadão sem que sejam apresentadas acusações. Os detidos também são mantidos em prisões completamente isoladas da supervisão de associações de direitos humanos, instituições e da Cruz Vermelha, permitindo que a ocupação cometa atrocidades contra prisioneiros palestinos em um ambiente que ignora completamente todos os valores humanitários, normas e acordos internacionais a esse respeito.

Execuções em Campo de Detidos

Desde o início da guerra genocida na Faixa de Gaza, o exército de ocupação israelense tem cometido crimes horríveis contra prisioneiros e detidos palestinos na Faixa de Gaza ocupada e na Cisjordânia. Eles foram submetidos a tortura e execuções extrajudiciais fora do escopo da lei e da justiça, especialmente em Gaza. Outros foram mortos sob o peso da tortura em campos de detenção controlados pelo exército.



O exército de ocupação israelense tem prendido centenas de palestinos, incluindo crianças e mulheres, em suas casas ou em abrigos invadidos por suas forças durante suas incursões em Gaza. Testemunhos e vídeos gravados documentaram dezenas de casos em que foram submetidos a execuções em campo e ataques arbitrários. Essas ações são uma continuação dos amplos crimes de assassinato e execuções em campo cometidos pelo exército durante suas operações militares e incursões em residências.



As forças de ocupação escondem aqueles que detêm à força em Gaza e não revelam seus números, nomes, condições ou locais de detenção. Isso aumenta suas chances de impunidade e de escapar da punição por esses crimes, que estão relacionados à tortura, execuções arbitrárias e violações além do escopo da lei e da justiça cometidas contra os palestinos.

As forças de ocupação entregaram dezenas de corpos não identificados e também entregaram corpos de várias pessoas por meio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, sem fornecer nenhuma informação sobre suas identidades ou outros detalhes de sua prisão. Alguns desses corpos pertencem a palestinos que já estavam detidos pelo exército, e seus corpos mostram sinais de tortura e espancamentos severos que levaram à morte.

Até agora, não há estatísticas precisas sobre o número de detidos palestinos em Gaza devido a prisões arbitrárias e desaparecimentos forçados cometidos pelo exército israelense dentro da Faixa de Gaza. A coleta de informações também é um desafio devido à dispersão das famílias e às constantes interrupções nos serviços de comunicação e internet. No entanto, estimativas preliminares indicam mais de três mil casos de prisões, incluindo pelo menos 200 mulheres e crianças. Não há informações oficiais disponíveis sobre os locais de detenção, as condições ou as acusações contra eles.

▶ Agressões sexuais contra detidos

Centros de direitos humanos e veículos de mídia têm documentado testemunhos de mulheres palestinas detidas na Faixa de Gaza que são vítimas de violência sexual, tortura e tratamento desumano, incluindo despir, assédio sexual e ameaças de estupro, durante sua detenção pelo exército israelense por períodos variados. Os testemunhos de detidos recentemente liberados, que passaram por diferentes períodos de detenção, incluíram relatos de práticas severas que beiram a tortura. Essas práticas envolvem espancamentos brutais, ameaças de estupro por não obedecerem às ordens dos oficiais, nudez forçada e revistas na presença de soldados homens, uso de linguagem vulgar contra elas, amarramentos e vendagens prolongadas, confinamento em gaiolas abertas em condições extremamente frias, privação de alimentos, medicamentos, tratamentos necessários e itens essenciais para mulheres, ameaças contínuas para impedir que vejam seus filhos, além do saque de seu dinheiro e pertences que estavam em sua posse no momento da prisão pelo exército.

Uma declaração de especialistas das Nações Unidas expressou preocupação com relatos confiáveis de graves violações dos direitos humanos contra mulheres e meninas palestinas na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, incluindo violência sexual, estupro, ameaças, tortura e privação de cuidados de saúde e alimentos.

Especialistas independentes da ONU designados pelo Conselho de Direitos Humanos afirmaram que as imagens degradantes de mulheres detidas divulgadas pelas forças de ocupação na Internet, assim como o assassinato generalizado de civis palestinos, incluindo mulheres e meninas, são alarmantes. O Monitor de Direitos Humanos Euro-Mediterrâneo confirmou que todas essas violações ocorrem no contexto da desumanização dos palestinos na Faixa de Gaza como um todo, especialmente crianças e mulheres, justificando e normalizando todos os crimes cometidos contra eles.





O monitor afirmou que a prática de Israel de torturar mulheres palestinas detidas, sujeitando-as a tratamento desumano, cometendo várias formas de violência sexual contra elas, incluindo estupro e ameaças de estupro, violando sua modéstia, profanando suas santidades, despir à força, atacar sua dignidade, infligir intencionalmente dor e sofrimento extremo, é considerada crime de guerra e crime contra a humanidade de acordo com o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Também se enquadra no contexto do genocídio em curso cometido por Israel em Gaza desde outubro passado.

O Monitor Euro-Mediterrâneo de Direitos Humanos reiterou seu apelo ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha para cumprir suas responsabilidades e verificar as condições dos detidos palestinos nas prisões israelenses, especialmente mulheres e meninas, garantindo suas condições de detenção, buscando os detidos desaparecidos, especialmente com o aumento dos casos de detenção arbitrária, desaparecimentos forçados, detenção administrativa e aplicação da lei de combatentes ilegais, que viola o direito internacional, contra prisioneiros e detidos da Faixa de Gaza.

Foi enfatizada a necessidade de a Cruz Vermelha adotar posições públicas e emitir declarações sempre que Israel se recusar a permitir o cumprimento de suas tarefas designadas, especialmente na visita a prisioneiros e detidos palestinos.

O exército de ocupação transformou suas prisões e centros de detenção em cópias ainda mais sangrentas de Guantánamo, com várias formas de tortura brutal, incluindo práticas que levam à morte, maus-tratos e tratamento degradante que viola a dignidade humana e privação de direitos básicos mínimos. Isso continua apesar de múltiplas condenações e demandas internacionais para garantir os direitos e a segurança dos prisioneiros e detidos.

▶ Atacar membros do Conselho Legislativo Palestino

O sequestro de ex-ministros do governo palestino e representantes parlamentares constitui um perigoso precedente histórico e um novo crime político. É considerado uma flagrante violação das normas e tratados internacionais mais básicos, uma clara agressão contra as instituições legítimas palestinas e seus símbolos, e uma violação flagrante de sua imunidade. Esse ato tem como objetivo minar a autoridade, o trabalho do conselho legislativo e enfraquecer o sistema político palestino.

O direito internacional enfatiza que as pessoas não devem ser presas por suas opiniões políticas. O artigo 2 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelece que "cada Estado Parte no presente Pacto compromete-se a respeitar e a garantir a todos os indivíduos que se encontrem em seu território e estejam sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem distinção de qualquer espécie, como raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição" (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2200A (XXI), 16 de dezembro de 1966).



No entanto, líderes políticos palestinos são regularmente presos como parte das políticas em curso da ocupação para suprimir o processo político palestino e reprimir o exercício do direito de autodeterminação do povo palestino. Nos últimos anos, essa política tem como alvo especialmente os membros do conselho legislativo. As forças israelenses realizaram amplas prisões durante as eleições do conselho em 2006, visando aproximadamente 450 membros e apoiadores do bloco "Mudança e Reforma" que participaram das eleições. Eles foram presos por seu envolvimento nas atividades de campanha do bloco ou por participarem das eleições municipais em várias áreas da Cisjordânia. A maioria dos detidos foi colocada em detenção administrativa por períodos variados, e alguns foram liberados no dia das eleições.

Em 2009, as forças israelenses prenderam quase um terço dos membros do conselho legislativo, impedindo a realização das sessões do conselho. Em 2017, 14 deputados foram presos, seguidos por seis em 2018 e 11 em 2019.

Nos últimos anos, diversos órgãos e instituições internacionais tomaram decisões relacionadas a prisioneiros e detidos, incluindo membros do conselho legislativo. O Parlamento Europeu, em sua política sobre a Cisjordânia e Jerusalém Oriental ocupadas, decidiu em 5 de julho de 2012, pedir o fim da detenção administrativa sem acusações formais ou julgamento para os palestinos pelas autoridades israelenses. Solicitou julgamentos justos para todos os detidos palestinos e a libertação dos prisioneiros políticos palestinos, com atenção especial aos membros do Conselho Legislativo Palestino e aos detidos administrativos.

A União Interparlamentar também adotou uma resolução unânime em 5 de abril de 2012, afirmando que a prisão de membros do conselho legislativo constitui uma violação do direito internacional e pedindo sua libertação imediata.



5. PARLAMENTERLER ARASI KUDÜS PLATFORMU KONFERANSI

THE FIFTH CONFERENCE OF THE LEAGUE OF PARLIAMENTARIANS FOR AL-QUDS

المؤتمر الخامس لرابطة برلمانيون لأجل القدس

FİLİSTİN İÇİN ÖZGÜRLÜK VE BAĞIMSIZLIK - FREEDOM & INDEPENDENCE FOR PALESTINE - الحرية والاستقلال لفلسطين



Website



www.LP4Q.com



Parliamentarians for al-Quds